

Vacina contra dengue do Butantan será aplicada a partir de janeiro

As primeiras doses serão destinadas a profissionais da Atenção Primária

O Ministério da Saúde divulgou, nesta terça-feira (9), as diretrizes para o uso da nova vacina contra a dengue, o primeiro imunizante de dose única produzido integralmente no Brasil pelo Instituto Butantan. A medida marca um avanço na política de prevenção da doença, que registra aumento de casos em algumas regiões do país.

Prioridade para profissionais

As primeiras 1,3 milhão de doses já produzidas serão destinadas aos profissionais da Atenção Primária à Saúde, que atuam em Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e em visitas domiciliares. A definição segue recomendação da Câmara Técnica de Assessoramento de Imunização (CTAI). O lote inicial deve ser distribuído até o fim de janeiro de 2026.

Durante o anúncio, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou a importância de proteger os trabalhadores que lidam diretamente com os primeiros atendimentos de dengue. “A atenção primária é a porta de entrada para os casos de dengue, por isso é fundamental proteger o mais rápido possível esses profissionais”, afirmou.

Expansão para o público geral

A vacinação do público em geral ocorrerá posteriormente,



Divulgação/Butantan

Profissionais da saúde serão os primeiros a receber a imunização

com prioridade para adultos a partir de 59 anos, avançando gradualmente até atingir pessoas com 15 anos. O aumento da oferta de doses será viabilizado por meio de parceria entre o Instituto Butantan e a empresa chinesa WuXi Vaccines, responsável pela produção em maior escala e pela transferência de tecnologia.

Crítérios técnicos e áreas de estudo

O público-alvo e a estratégia de imunização foram definidos com base em critérios técnicos e

no perfil epidemiológico do país, discutidos na reunião da CTAI em 1º de dezembro. Parte das doses será utilizada em Botucatu (SP), escolhida como área de estudo para avaliar o impacto da vacinação em massa sobre a dinâmica da doença. No município, a imunização de toda a população entre 15 e 59 anos terá início de forma mais rápida, e a expectativa é que adesão de 40% a 50% já produza efeito significativo no controle da dengue.

Botucatu já participou de iniciativa semelhante durante a

pandemia de covid-19. Outros municípios com predominância do sorotipo DENV-3 — associado ao aumento de casos em 2024 — também estão sendo avaliados para integrar a estratégia de vacinação em massa.

Eficácia comprovada

Segundo os estudos apresentados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que registrou o imunizante na segunda-feira (8), a vacina do Butantan demonstrou eficácia de 74,7% contra a dengue sintomá-

tica em pessoas de 12 a 59 anos e de 89% contra formas graves da doença e com sinais de alarme.

Histórico e oferta no Sistema Único de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) já oferece outra vacina contra a dengue, de dois componentes e fabricada por um laboratório japonês, destinada a adolescentes de 10 a 14 anos. Desde 2024, quando o imunizante passou a integrar a rede pública, mais de 7,4 milhões de doses foram aplicadas. Para 2026, o Ministério da Saúde garantiu a aquisição de 9 milhões de doses, com previsão de mais 9 milhões para 2027.

Perspectivas de controle da doença

A vacinação em São Paulo representa um marco estratégico no combate à dengue, considerando a alta incidência e os riscos de formas graves da doença, que podem levar a hospitalizações e sobrecarga nos serviços de saúde. Ao priorizar profissionais da Atenção Primária, o estado busca proteger quem atua na linha de frente do atendimento. A implementação em Botucatu como área de estudo permitirá avaliar a eficácia da vacinação em massa e ajustar a estratégia para outras cidades com alto número de casos. O plano pretende reduzir a circulação do vírus.

Contas do Estado de 2024 são julgadas regulares

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo julgou regular a prestação de contas do exercício financeiro de 2024 do Poder Executivo. Em reunião realizada nesta terça-feira (9), o colegiado aprovou o relatório da deputada Fabiana Bolsonaro (PL), que acompanhou o parecer favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCESP).

Por quatro votos a dois, os parlamentares aprovaram o relatório de Fabiana Bolsonaro em vez do voto em separado apresentado pelo deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT), que apontava irregularidades nas contas.

Segundo a relatora, o desempenho financeiro e orçamentário do Estado em 2024



Bruna Sampaio/Alesp

Reunião da CFOP nesta terça-feira (9)

foi positivo, com o Executivo cumprindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. “O Governo conseguiu manter um nível satisfatório de prestação de serviços públicos à população, seja de forma centralizada ou descentralizada, demons-

trando eficiência na gestão e responsabilidade na política fiscal”, afirmou Fabiana.

Com a aprovação, a CFOP apresentará um Projeto de Decreto Legislativo, que seguirá para votação em Plenário na Assembleia Legislativa.

Secretaria da Fazenda inicia repasses de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou nesta terça-feira (9) o primeiro repasse de ICMS de dezembro aos 645 municípios paulistas. O depósito de R\$ 1,01 bilhão corresponde à arrecadação do imposto entre os dias 1º e 5 de dezembro, já descontado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

De acordo com a Sefaz-SP, o total previsto para este mês é de R\$ 4,18 bilhões, distribuídos em cinco repasses semanais. Nos 11 primeiros meses de 2025, os municípios já receberam R\$ 42,95 bilhões em transferências de ICMS. Os repasses seguem a Lei Complementar nº 63, de 1990, e são realizados até o segundo dia útil de cada semana. Os valores podem ser consultados no portal da Fazenda, na seção “Acesso à

Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios”.

O volume e a frequência dos repasses variam conforme o calendário de pagamento do ICMS e a arrecadação mensal. Além dos repasses semanais, há recolhimentos diários relacionados a operações específicas, como importações.

Os recursos são distribuídos conforme os Índices de Participação dos Municípios (IPM), definidos anualmente, que determinam a parcela de 25% do ICMS arrecadado pertencente às cidades, somando-se a 25% do montante transferido pelo Estado referente ao Fundo de Exportação. O mecanismo segue as regras da Constituição Federal de 1988 e das Leis Estaduais nº 3.201/1981 e nº 8.510/1993, garantindo repasses proporcionais a cada município.